COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA) REQUERIMENTO (Do Sr. ELIENE LIMA)

> Solicita que sejam convidados a Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina da Silva, o Ministro das Minas e Energia, Sr. Nelson Hubner, Diretor Presidente do Consorcio Estreito de Energia - CESTE -, Sr. José Renato Rodrigues Ponte, o Presidente da Associação dos Prefeitos do Sul do Maranhão, Sr. João Alberto, o Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Sr. Francisco da Chagas Barros, o Secretaria de Minas e Energia do Maranhão, Sr. Ricardo Ferro, o Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão, Sr. Othelino Neto, o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB - Reitor Nival Nunes de Almeida.

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública objetivando discutir o processo de planejamento, implantação e operação da Usina Hidrelétrica de Estreito no estado do Maranhão.

Assim, então, em data a ser definida por esta Comissão e membros interessados, convidaríamos todos os envolvidos a participarem desta Audiência Pública.

JUSTIFICAÇÃO

Discutir o processo de planejamento, implantação e operação da Usina Hidrelétrica de Estreito, com atenção aos preceitos da legislação e cumprimento das obrigações legais referente ao pagamento de indenizações, compensações socioambientais e royalties e ao atendimento das comunidades atingidas pelos impactos diretos e indiretos, a partir do aproveitamento hidrelétrico do rio Tocantins pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste), no Estado do Maranhão.

A Hidrelétrica de Estreito é o segundo maior empreendimento privado do mundo, cujo projeto de implantação a ser concluído nos próximos anos é de R\$ 2,3 bilhões. A usina irá produzir 1.087 MW através de nove turbinas. O empreendimento irá afetar a população de 11 municípios, sendo nove no Tocantins e dois no Maranhão (Carolina e Estreito). O município mais atingido pela retenção das águas será Carolina, equivalente a 35,5% do total da área inundável nos dois estados.

A superfície total alagada será de 744,69 quilômetros quadrados, com volume de 5,4 trilhões de metros cúbicos, cujo impactos serão os mais variados, complexos e irreversíveis nas áreas ambientais e socioeconômicos.

Necessário se faz, portanto, de uma ampla discussão, já iniciada nos dois estados, inclusive com a formalização de convênios, para definir questões importantes como compensações socioambientais pertinentes, para que se execute a obra em conformidade com a legislação e os interesses das comunidades locais. Também se faz necessária a transferência de tecnologias e de conhecimentos que surgirão com este enorme empreendimento.

Sala das Reuniões, março de 2008.

ELIENE LIMA DEPUTADO FEDERAL



A Sua Excelência o Senhor **DEPUTADO LUIZ FERNANDO FARIA** Presidente da Comissão de Minas e Energia Câmara dos Deputados NESTA